

Mineração, marketing verde e mineiridade: uma análise do Museu das Minas e do Metal e suas estratégias

**Thiago Pinto
Barbosa**

9º período, Ciências Sociais UFMG

**Thereza Nardelli
e Silva**

9º período, Ciências Sociais UFMG

**Daniela Tavares
Paoliello**

9º período, Ciências Sociais UFMG

Resumo: Este artigo analisa o recém criado Museu das Minas e do Metal sob uma perspectiva crítica, buscando identificar como ele trabalha seu eixo temático, a mineração, sendo um espaço legitimado de cultura - através de uma bibliografia sociológica relacionada ao estudo das tradições e dos mecanismos legitimadores de culturas nas sociedades modernas. Com tal motivação, viemos a concluir que o Museu se organiza em torno de duas veias principais de apelo: a primeira, que busca relacionar a atividade mineradora como parte intrínseca da formação identitária da nação mineira; a segunda, que procura relacionar os minerais, sua exploração e utilização a critérios atuais do socioambientalismo, exibindo um caráter típico das empresas que empregam como estratégia o marketing verde.

Abstract: This article examines the newly created Museum of Mining and Metal in a critical perspective, seeking to identify how it develops its thematic, mining, being a legitimate space dedicated for culture – through a sociological literature related to the studies of traditions and the mechanisms legitimating in modern societies. We came to the conclusion that the Museums organized around two major veins of appeal: the first, which seeks to relate mining activities to an intrinsic part of the Minas Gerais' identity; and the second, appeal to link mineral exploitation and the use of minerals to the current criteria of socioenvironmentalism, demonstrating the typical characteristics concerning the green marketing strategy.

Palavras-chave:

Museu das Minas e do Metal; mineração; marketing verde; Minas Gerais; identidade; legitimação cultural.

Key words:

Museum of Mining and Metal; mining; green marketing; Minas Gerais; identity; cultural legitimacy.

Introdução

O processo da construção política de uma identidade cultural através da afirmação de certos valores ou de determinadas leituras históricas podem ser percebidos em Minas Gerais em diversas instâncias, lugares, apropriações e discursos que envolvem ícones desde o pão de queijo até o minério de ferro. Este trabalho procura evidenciar tal fenômeno como ele ocorre em um caso específico, a partir de análise do novo Museu das Minas e do Metal (MMM), localizado na Praça da Liberdade, palco de um importante e recente processo de reconfiguração urbanística. Observamos que, nesse museu, tenta-se fortemente associar a identidade do estado de Minas Gerais à mineração, invocando tal atividade como fundamental fundadora do Estado e da Nação mineiros. Da mesma forma, percebemos que o MMM se contextualiza num interesse relativo ao marketing verde de empresas ambientalmente nocivas, em especial a MMX (Mineração e Metálicos SA). A partir de articulação teórica com a literatura sociológica nos temas identidade, Estado, meio ambiente e legitimação cultural, tentaremos demonstrar neste artigo como tal processo ocorre, analisando o MMM, sua mensagem e as questões políticas nele envolvidas.

Tradição, Cultura e Minas Gerais

No âmbito das Ciências Sociais, muito se produziu acerca dos temas nação e cultura. Neste ínterim, é importante ressaltar aqui a forma como a construção da identidade de um lugar, em especial um Estado ou país, é influenciada

por sua elite política e econômica. Eric Hobsbawm (1984) nos lembra que muitas tradições consideradas antigas são, na verdade, bastante recentes, pois passaram por um processo atual de invenção, que atualiza e reformula valores históricos como tradicionais. Em especial, as tradições inventadas "visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição", implicando "uma continuidade em relação ao passado", geralmente escolhendo "um passado histórico apropriado" (Hobsbawm, 1984, p. 9). Nesse sentido, tradições podem ser criadas de forma deliberada, inclusive para determinados fins políticos – o fortalecimento da idéia de nacionalidade é um deles.

A Nação, enquanto comunidade política imaginada, existe quando um número significativo de pessoas de uma comunidade imagina que constitui uma nação ou se comporta como se constituísse uma nação (Seton-Watson, 1977). Como afirma Anderson (1991, p. 11), a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal; ela evoca a idéia de parentesco e fraternidade "entre irmãos". Nesse sentido, a nação evoca uma idéia de compartilhamento mútuo de uma cultura ou, nos termos de Zizek (1990), de "um estilo de vida" ou desse sentimento de "nosso algo a mais", que o autor chama de "a Coisa" da nação. O fato de tal "Coisa" ser imaginada não significa que ela seja absolutamente irreal; pelo contrário, como nos lembra Zizek: a "Coisa" nacional existe e existirá enquanto os membros da comunidade acreditarem nela.

Para tal formação de sentimento de comunhão entre seus membros e da perpetuação desse sentimento da nação, tornou-se neces-

sária a invenção - e reinvenção - de uma continuidade histórica, que pode ser claramente observada no processo de invenção de tradições, como destaca Hobsbawn (1984). Símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de Estados nacionais, tais como o hino e a bandeira nacionais ou a personificação da "Nação" por meio de símbolos ou imagens, oficiais ou não. Assim, as tradições inventadas para estes propósitos estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão da comunidade imaginada (Hobsbawn, 1984).

No caso do Brasil, José Murilo de Carvalho (1995) deixa claro como as elites e os setores dominantes inventaram tradições e forjaram elementos simbólicos identitários para a construção da idéia de nação brasileira - uma nação (politicamente) inventada. Ao analisar a história da independência do Brasil e seu contexto social, Carvalho ressalta que "a idéia de Brasil não estava no horizonte mental de grupos locais e da população em geral, estava na cabeça dos políticos que lideram o processo de independência" (1995, p. 9). Para o autor, somente em 1850 alcançou-se estabilidade política que consolidaria o processo e criação de um estado nacional, centralizador e monárquico. No entanto, o sentimento de identidade e fraternidade típicos de uma nação foi construído no decorrer de muitos anos e através de vários processos políticos, sendo de fato alcançado muitos anos depois. Carvalho confirma a necessidade da nação de criar símbolos, heróis e datas cívicas e dá como exemplo brasileiro a construção da figura heróica de Tiradentes, símbolo da então recente república, que, carente de batismo ou mesmo (re) conhecimento popular, teve a princípio dificuldade em criar seus símbolos nacionais e estabelecer seu mito de origem (idem, p. 21). O autor aborda também a forma que a educação e literatura infantis foram reconcebidas durante a República, de forma a definir a identidade da nação e difundir o patriotismo entre as crianças (idem, p. 23-26).

Nesse sentido, atendo-nos agora à Minas Gerais, é necessário considerar que boa parte da historiografia oficial do estado, em especial a que é ensinada nas escolas, atribui a construção do Estado de Minas Gerais aos desbravadores que adentravam o sertão em busca de ouro e pedras preciosas. Assim, desde sua formação, Minas Gerais teria a mineração como principal vocação econômica e mesmo *raison d'être*. Tal "fato histórico" tem sido desmentido mais recentemente por historiadores e cientistas sociais. Por exemplo, Guimarães & Reis (2007) ressaltam o papel crucial da agricultura na colonização do Estado, ao passo que Andrade, no seu livro "A Invenção das Minas Gerais" (2005), enfatiza que o objetivo das bandeiras enviadas ao sertão mineiro não foi a descoberta de jazidas minerais, mas sim a legitimação daquele território.

Nos dias de hoje, ao contrário do que campanhas de marketing empresarial podem fazer pensar, o papel econômico da mineração tampouco é preponderante na economia do Estado. Como mostra uma pesquisa da Fundação João Pinheiro (2010), entre 2005 e 2008, a indústria extrativa mineral participou com, em média, apenas 3,4% no Produto Interno Bruto (PIB) no Estado, bem menor, por exemplo, que a agropecuária (8,8%).¹

No entanto, a mineração é constantemente evocada em discursos políticos e no senso comum como elemento constituinte da tradição mineira. Tal estratégia política de ênfase positiva na mineração, que iremos analisar à luz do estudo de caso do Museu das Minas e do Metal, se deixa notar claramente na reapropriação do centro do poder do Estado, localizado tradicionalmente na Praça da Liberdade, por museus que contam a história de Minas Gerais através da história da mineração.

Em seguida, analisamos este processo tendo em vista a importância dessa praça para a representação simbólica de Belo Horizonte e Minas Gerais.

Legitimação e cultura entre imagens: relações com o caso estudado

De cartões postais e pinturas à displays interativos e holográficos, elementos de papel relevante nos processos de legitimação de determinados bens ou valores culturais figuram a todo momento e tomam especial proporção quando alocados numa instituição museológica. Os museus atuam, tendo em vista a bibliografia sociológica aqui utilizada, como espaços de consolidação e legitimação da(s) cultura(s) ao lado de outros espaços, assim como uma escola-tida para Bourdieu (2010) como *locus* central desse processo. Os livros de história, também ativos culturais, utilizam figuras tais como a de Tiradentes, o Grito do Ipiranga, Igrejas Barrocas, afrescos de Aleijadinho, entre outros, para construir um contexto de formação identitária nacional, como nos lembra Carvalho (1995).

No MMM, os recursos imagéticos aparecem elaborados de forma bastante sofisticada. Em contraposição à imagem estática apresentada nos livros escolares, o MMM trabalha com a interatividade, com projeções filmicas, jogos educativos, etc. - tendências museológicas que buscam, através de mecanismos interativos, demonstrar ao público algo mais atraente e passível de uma, teoricamente, construção de mão dupla, na qual os displays não seriam meros receptores de informações, mas corroborariam no processo de produção das mensagens.

O papel legitimador que assume o Museu pode ser analisado através da crítica à Bourdieu feita por Lahire (2006). Em contrapartida à ideia bourdiesiana do monopólio da escola enquanto instituição de legitimação cultural, Lahire (2006) reconhece a existência de uma pluralidade de influências socializadoras que atuam em consonância com a família e a escola. No entanto, os museus são instituições que nem sempre são portadoras de uma lógica concorrente à escolar. O MMM, no nosso caso, se mostra alinhado aos interesses da instituição escolar que, enquanto museu educativo, transmite conhecimentos básicos de história, química, geografia e até mesmo de literatura - como na Sala Miragem, que descreve algumas das propriedades dos metais - ao mesmo tempo em que promove seu tema piloto.

Como destaca Lahire (2006), na sociedade moderna, é impossível pensar em uma única via de legitimidade cultural. Dentro de uma mesma sociedade existem grupos e instituições portadoras de lógicas concorrentes, que, como Bourdieu mesmo assume, travam lutas na tentativa de impor seus valores. Assim, no contexto atu-

¹ Destaca-se a importante participação do setor de serviços no PIB mineiro (58% em 2008), muito superior ao da indústria (32% no mesmo período) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010).

al de maior valorização do socioambientalismo, poderíamos pensar no papel dos ambientalistas na tentativa de afirmação e legitimação de sua lógica, que é concorrente à lógica econômica hegemônica, mas também, ao mesmo tempo, é apropriado por esta lógica hegemônica, o que é claramente observável nas recorrentes estratégias de marketing verde e no próprio MMM.

Nesse sentido, Lahire (2006) constata a existência de uma pluralidade de ordens de legitimidade cultural, assim como diferentes graus de adesão e engajamento em relação às práticas. Dessa forma, não existe apenas uma ordem legítima, e nenhuma instituição é capaz de fixar sozinha a lei de valorização das práticas e bens; os indivíduos podem participar de mais de uma cultura, e as ordens legítimas podem ser contestadas e sofrer transformações rápidas. No interim dessa teoria, temos que a escola, vista por Bourdieu como locus central da estrutura de legitimação, não atua sozinha. Espaços de socialização outros, como o museu, figuram como importantes storytellers da cultura, mobilizando e legitimando certas tradições. Enquanto a escola exerce uma influência de caráter mais impositivo e "inculcador", o MMM recorre ao encanto, à tentativa de sensibilizar através de mecanismos visuais e sonoros, na maioria das vezes interativos.

Temos que o museu se torna uma instituição socializadora privilegiada para observarmos também as relações entre estética e política que ele propõe, assumindo esse local enquanto legitimador de verdades e identidades através de elementos plásticos e narrativos. Jean-François Lyotard (1988) aponta que, no estado das tecnociências e do capital, as comunidades não necessitam de ideologias homogêneas e absolutas para formarem uma identidade - o que media a relação entre os indivíduos e as identidades são as trocas constantes a que nos submetemos na lógica mercadológica - tendo o dinheiro como o equivalente universal de tudo, e a linguagem como o pressuposto de toda comunicação. Por isso, mais que nunca, política e estética não são se comportam como domínios independentes e se encontram ancoradas também à lógica do capital - de sua produtividade a seus discursos. Novamente, o MMM se torna um local privilegiado para observar tais relações dado à sua tripla localização, que buscamos evidenciar na análise: se situa em um centro político, em um centro cultural e no pivô argumentativo das forças econômicas que investiram no espaço.

A Praça da Liberdade: de cartão-postal do centro do poder a cartão-postal do centro de cultura

No pequeno pedaço de papel de que são feitos, os cartões-postais transmitem imagens da cidade que a distinguem ou que a melhor representam. Em tais fotos, busca-se mostrar ao turista - ou ao destinatário residente em outra cidade - símbolos do lugar visitado, de sua história e de sua gente. Em 1994, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou um plebiscito com a pergunta: "o que é, afinal, o símbolo da cidade?" Dentre os mais votados estavam a Igreja da Pampulha, a Praça da Liberdade e a Serra do Curral, esta última campeã com 270mil votos (Teixeira, 1999).

Ainda que pouco presente dentre as opções de cartões-postais da cidade, se comparada

com as outras duas atrações, a Serra do Curral sempre se deixa perceber entre vãos de prédios e avenidas aos olhos não-acostumados do visitante que miram na direção sul. A Serra marca o fim da cidade. Marca também o início da zona de minerações, do lado que não se vê. Não se vê que a montanha está oca. Sabe-se, no entanto, que uma empresa de mineração explorou o minério da serra por várias décadas até o total esgotamento da mina. Do lado de lá, o que não se vê, resta um enorme buraco preenchido parcialmente por água. Do lado de cá, vê-se, pois, este imenso outdor que mal se sustenta, como um painel natural que enfeita a cidade (Teixeira, 1999).

Se a Serra do Curral, ainda que eleita símbolo da cidade, não é tão popular como cartão-postal, a Praça da Liberdade é, por sua vez, o famoso cartão-postal de Belo Horizonte desde a inauguração da cidade. A festa que marcou o nascimento da nova capital de Minas Gerais, então chamada Cidade de Minas, em 12 de dezembro de 1897, teve a Praça como palco. Batizada em culto a valores republicanos e em referência à Inconfidência Mineira, a Praça da Liberdade foi implantada no então ponto mais alto da nova capital mineira. Inspirado pelo urbanismo moderno, a exemplo de Washington, de 1791, e de Paris, remodelada nos anos 1850, o projeto de Aarão Reis continha eixos monumentais, hierarquizados topograficamente e em termos de usos: no ponto mais alto da hierarquia topográfica insere-se o centro do poder de Minas Gerais (Peireira, 1998; Albano et al., 1985). No meio da Praça, há o Palácio da Liberdade (o palácio do governo) e em seu redor as mais importantes sedes do poder executivo do Estado, instaladas em prédios de arquitetura neoclássica. É também na Praça da Liberdade que convergem cinco das mais importantes avenidas da nova capital, todas elas com tratamento paisagístico especial (Cherem; Aguiar, 2010).

Desde a inauguração de Belo Horizonte, a Praça da Liberdade passou por algumas alterações arquitetônicas, principalmente no que se refere ao desenho paisagístico de seus canteiros, além de ter ganhado alguns prédios de arquitetura moderna, como o famoso Edifício Niemeyer. Não obstante, a mais importante modificação da Praça tem ocorrido nos últimos cinco anos.

No mandato do governo estadual Aécio Neves (PSDB), estabeleceu-se o plano de transferência dos órgãos do poder executivo estadual da região central da cidade para uma área no Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nas proximidades do Aeroporto Internacional de Confins. Tal medida foi oficialmente fundamentada pelo argumento urbanístico da necessidade de esvaziamento da superlotada área central e do direcionamento do desenvolvimento urbano ao longo do vetor norte, uma vez que o avanço urbano no vetor sul já estava se mostrando insustentável, além de outros argumentos de ordem financeira (economia de alugueis, etc.). A nova Cidade Administrativa foi planejado pelo já centenário autor de Brasília Oscar Niemeyer e foi inaugurada em março de 2010, no dia da comemoração dos cem anos do ex-presidente Tancredo Neves, avô de Aécio. A cerimônia foi marcada pela presença do governador Aécio Neves (cujo nome havia acabado de ser descartado para indicação intrapartidária de candidatura à presidência frente ao concorrente José Serra²) e por calorosos discursos de exaltação a Minas Gerais, sua história e cultura.

² José Serra também estava presente na ocasião, o que gerou contendas - e embarras - ovações do grande público pró-Aécio presidente.

No lugar das secretarias transferidas para a longínqua Cidade Administrativa, os prédios da Praça da Liberdade devem receber novos museus e o que se chama de centros culturais, transformando a praça no Circuito Cultural Praça da Liberdade. O projeto de implementação do Circuito se deu através de parcerias público-privadas e prevê também a restauração dos prédios e da praça em si. No antigo prédio da Secretaria da Defesa Social e da Procuradoria Geral do Estado, será o Centro Cultural Banco do Brasil, ainda em fase de instalação. Do lado oposto da Praça, ao lado do já existente Museu de Mineralogia no pós-moderno prédio Rainha da Sucata (que deverá virar centro de referência do turismo), foi inaugurado o Espaço Tim UFMG do Conhecimento e, mais recentemente, o Museu de Minas e do Metal (MMM), financiado pela MMX e outras empresas do Grupo EBX, e implantado no prédio da antiga Secretaria da Educação. Ao lado do MMM, encontra-se em fase de implementação o Memorial de Minas Gerais Vale, patrocinado pela empresa de mineração Vale S.A. e que deve contar a história do Estado. Integrar-se-ão ao Circuito um Centro de Arte Popular, além dos já existentes Arquivo Público Mineiro e Museu Mineiro, todos nas proximidades da Praça. O Palácio da Liberdade, principal símbolo do poder do Estado mineiro, também teve recentemente suas funções transferidas para a Cidade Administrativa, e tem sido aberto à visitação pública aos domingos.

A abertura de tais museus ligados a empresas do ramo da mineração nos remete a algumas considerações sobre tal fenômeno, que localizamos no contexto de demandas sociais relacionadas ao marketing verde, que veremos a seguir.

Socioambientalismo como demanda social no Brasil e o marketing verde: mineração e poder público

No contexto da Assembléia Nacional Constituinte e do movimento de redemocratização da América Latina, temos a primeira elaboração de direitos propriamente voltados para o meio ambiente. O modelo constitucional é regido pela nova concepção jurídica que desloca a dualidade público-privado, colocando os direitos civis em uma "terceira dimensão", por eles agora serem concebidos como propriedade coletiva, e não da ordem do individual ou do público. Essa concepção jurídica está vinculada à conquista de novos direitos sociopolíticos de natureza democrática, e por isso apresenta um projeto que tem em grande parte uma natureza pluralista, emancipatória e coletiva, em contraste com o conteúdo patrimonial e contratualista da constituição anterior. Os novos direitos socioambientais se alocam nesse contexto de mudança no paradigma jurídico, que estão em consonância também com os movimentos sociais que ganham força nos anos 80 em favor da diversidade cultural e com o conservadorismo internacional, relacionado também ao reconhecimento de populações tradicionais.

Na Constituição de 1988 é reservado um capítulo inteiro ao meio ambiente: o artigo 255 e seus incisos e parágrafos, fundamentado no princípio do desenvolvimento sustentável. Nele é assegurado o direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, algo que já havia sido fortemente discutido em convenções e documentos internacionais, como a Declaração do Rio de

Janeiro, elaborada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. A Constituição assegura então o direito a um meio ambiente em equilíbrio, como um bem de uso comum e essencial à qualidade de vida, sendo de responsabilidade do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Assim, pela primeira vez no país é também assegurado um direito às pessoas que viverão no futuro.

Ao reconhecer o ambiente equilibrado como bem de uso do povo, a legislação o enquadra na categoria de bens públicos e, além disso, como um bem de interesse público, independente de sua propriedade. Caberia ao Estado, portanto, intervir e regular o manejo desses bens, que devem ser de uso equitativo, e baseado nos princípios de inclusão e justiça social. Além disso, existem três princípios desenvolvidos pela doutrina, baseadas no texto constitucional e em tratados internacionais, que orientam o sistema normativo: o princípio da precaução, que diz que quando houver grandes ameaças ao meio ambiente qualquer projeto não deve ser levado a cabo, sendo necessário um estudo cuidadoso anterior; o da responsabilidade, que estabelece que condutas lesivas ao meio ambiente sejam seguidas de punição aos agentes, e futura reparação; e a princípio do poluidor-pagador, que se direciona especialmente ao "sujeito econômico" que imprime danos ao meio ambiente, sendo ele chamado a responder pela extinção ou diminuição dos danos (Santilli, 2005).

O crescimento de uma moral ambientalista em todo o mundo, principalmente desde a década de 80, vem como resposta à exploração inconsequente dos recursos naturais e às consequências globais desse desgaste natural intenso, que passa a ser mais estudado, mobilizando sua causa em torno de valores tais como diversidade, sustentabilidade, interdependência, transversalidade. Esse apelo se configura como uma demanda social crescente que, para além dos direitos constituídos, atinge também as empresas e fábricas, identificados como principais atores da destruição sistemática dos recursos naturais, exigindo que façam sua parte pela preservação. Como exemplo, as empresas podem hoje em dia converter seu trato com o meio ambiente, danoso ou respeitoso, em moeda. Podem, por exemplo, receber isenções fiscais do governo se preservarem uma área verde, ou se fazem doações para ONG's e instituições relacionadas à conservação. Em relação aos danos que provocam como no caso das mineradoras que deterioram permanentemente recursos e paisagens, o empreendimento é muitas vezes obrigado a contribuir com doações de vários tipos, desde a restauração paisagística do local devastado até a colaboração em projetos socioculturais. É nesse contexto que nasce o marketing verde, que busca vincular as empresas a uma conduta ecologicamente correta e à qualidade de vida, atraindo a simpatia pública para a qualidade e seriedade de seu produto. O seguimento apresenta hoje uma série de desenvolvimentos, desde alimentos orgânicos até spa's e hotéis "ecológicos". Torna-se então rentável vincular a imagem de um empreendimento à preservação ambiental, sendo evidente o caráter estratégico das políticas empresariais nesse sentido, que podem passar pela conscientização das etapas do processo produtivo, buscando ecologizá-los, pelas propagandas de forma

geral e por ações junto à comunidade. Segundo Renato de Souza,

a questão ambiental passou a não mais ser tratada, mesmo nos meios empresariais, apenas como uma "agenda negativa". Com o passar dos anos, sobretudo a partir da década de 80, o surgimento de novos conceitos – como o Desenvolvimento Sustentável e o Ecodesenvolvimento no campo das teorias de desenvolvimento, e a Produção Mais Limpa e o Gerenciamento Ambiental da Qualidade Total (TQEM) no campo empresarial, dentre outros – foi acentuando os vínculos positivos entre preservação ambiental, crescimento econômico e atividade empresarial. Assim, a questão ambiental, crescentemente incorporada aos mercados e às estruturas sociais e regulatórias da economia, passou a ser um elemento cada vez mais considerado nas estratégias de crescimento das empresas, seja por gerar ameaças como também oportunidades empresariais. (Souza, 2002, p. 2).

Sabemos também que, os interesses públicos muitas vezes atuam a favor de um desenvolvimento progressista, mais preocupado com exploração dos recursos e crescimento econômico do que com a preservação ambiental – mesmo sob voga dos direitos ambientais preferidos em 1988, que nesses casos atuam mais como um direcionamento geral e uma afirmação de valores morais do que enquanto legislação ativa, que embarga grandes projetos. Nesse ínterim, as empresas do setor de mineração, como grandes produtoras de riqueza, ao mesmo tempo que grandes devastadoras do meio ambiente, buscam se alinhar cada vez mais a uma postura ecológica e socialmente correta.

O Museu das Minas e do Metal (MMM) nasce também desse interesse. Em sua criação, a partir de uma parceria público-privada, temos os articuladores principais dessa proposta: o governo do estado de Minas Gerais e a empresa de mineração MMX (Mineração e Metálicos S.A.), ramo da holding financeira EBX que foi fundada e é dirigida por Eike Batista desde 1893, que financiou a maior parte dos 25 milhões de reais investidos no projeto³. O museu ocupa o prédio tombado pelo IPHEA da antiga Secretaria da Educação do Estado, e apresenta um acervo relacionado à metalurgia e à mineração. Na exposição, identificamos displays coerentes a priori com uma ideologia socioambientalista, e identificamos a existência do museu como um todo estando também localizada nesse ímpeto – o de expor uma imagem positiva da mineração, alinhada às demandas do socioambientalismo e à tendência do marketing verde, vinculados à noção de responsabilidade social, uma vez que sua atividade exploradora se baseia na exploração de recursos que são considerados bens públicos e que devem ser zelados coletivamente, inclusive em referência à Constituição.

O Museu das Minas e do Metal e seus apelos

O Museu das Minas e do Metal (MMM) está ambientado em duas partes: o Museu das Minas

no segundo pavimento, e o Museu do Metal no terceiro e quarto pavimento. É constituído ao todo de 18 salas que mostram diversas peças relacionada à importância e à história da mineralogia, e à sua relevância de ordem humana e científica. Através principalmente de aparatos tecnológicos, dispositivos virtuais e interativos, o MMM procura mostrar a importância dos metais para a história do mundo e da humanidade, assim como seu papel essencial na construção de Minas Gerais enquanto identidade e importante fator de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, apresenta displays que relacionam a exploração mineral com sustentabilidade, mostrando como a mineração pode ser uma atividade quase inofensiva à natureza.

Várias das salas do MMM são destinadas a explicar a função e importância dos minerais. Na primeira delas, e que talvez seja a mais impactante, é feita uma projeção da origem do universo, mostrando como os minerais estariam presentes no início de tudo e na essência material de todas as coisas, evocando um caráter místico. Em outra sala, partículas de minerais podem ser observadas a partir de um microscópio. Na sala seguinte, diversas pedras expostas, com a descrição de seus componentes e suas funções. Algumas salas são destinadas a mostrar em quais produtos se encontram os minerais, explicitando a impossibilidade de viver sem eles.

Na sala intitulada Meio Ambiente, é apresentada uma maquete que exhibe o ciclo de vida de uma mina, fechando a apresentação com a área reflorestada e com o buraco da mina preenchido de água, numa imagem idílica de natureza original que inclui sons do cantar de pássaros. Ainda na mesma sala temos o Livro das Leis, que anuncia os direitos e deveres de uma mineração responsável, ressaltando a "essencialidade dos minerais", como se percebe no seguinte trecho da página cinco desse "livro":

Essa essencialidade dos minerais decorre do fato de não ser possível haver Qualidade de Vida, como nós hoje a desejamos, sem que a humanidade, e nós brasileiros, tenha acesso aos bens minerais, dos quais resultam, por exemplo, carros, aviões, casas hospitais, computadores, estradas, pontes, usinas hidrelétricas etc. etc. Os minerais são, pois, essenciais ao Desenvolvimento Sustentável do Brasil e ao atingimento, por exemplo, dos objetivos constitucionais do nosso País (Constituição Federal, Art. 3º), dentre os quais 'garantir o desenvolvimento nacional' e 'erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais'. Pela rigidez locacional das jazidas minerais, a mineração descentraliza desenvolvimento e implanta infraestrutura.

No mesmo local, temos a imagem de um bebê mostrando as estimativas de consumo que uma criança brasileira tem de minerais, metais e outros recursos ao longo da vida. Consideramos a peça com o bebê (ver Imagem 1) bastante positiva do caráter de apelo emocional que o museu tenta atribuir aos metais e minerais, humanizando seu uso, e conseqüentemente sua exploração.

No quarto pavimento há um corredor ocupado pela exposição Janelas pelo Mundo, na qual telas mostram o desenvolvimento do uso de vários tipos de metais, mostrando desde sua des-

³ Fonte: <http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interina&sec=1&cat=39&con=2003>; consultado em 15.04.2011.

coberta até as suas mais modernas utilizações, destacando seus benefícios para a humanidade de forma geral, nas áreas da medicina, da indústria, da beleza, dos transportes, da construção civil, dos exércitos, da comunicação e das artes, entre outros. São usadas associações entre imagens e várias frases de impacto como, por exemplo, “o que seria das cidades sem o metal?” (Imagem 2) ou “os metais moldaram a história das cidades, sendo a base do nosso patrimônio histórico, e nossos símbolos”.

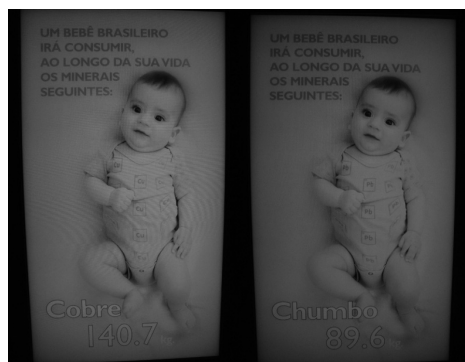


Imagem 1. Sequência de fotos da instalação de vídeo que associa bebês e minerais.

Outra sala é dedicada a contar a história do pai de Eike Batista, Eliezer Batista, através de um curto documentário que apresenta sua vida e seu trabalho. As imagens da projeção retratam seu pai em idade avançada, inclusive em sua própria casa em uma das cenas, rodeado de árvores em sua varanda. O discurso exalta a vida honesta e trabalhadora que teve, reforçando como a atividade mineradora por ele desenvolvida é fruto de muita dedicação, de um trabalho nobre. Ressaltam também a questão da família, o que pode ser visto como um recurso estratégico que vincula a EBX a valores familiares, criando uma imagem positiva que a afasta ainda mais da idéia de degradação ou impacto ambiental.



Imagem 2. Foto de cena de instalação de vídeo do MMM.

Não obstante, a sala mais emblemática do MMM é a Sala Miragem, uma das primeiras. Nela, há diferentes pedras, expostas em câmaras, que parecem flutuar no ar, devido ao efeito holográfico. Enquanto o visitante pode passear pela sala apreciando a beleza das pedras e testando os efeitos interativos de sua exposição, a voz da cantora mineira Fernanda Takai declama trechos do Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles. Essa sala expressa muito bem a relação que se pretende vincar entre mineração e identidade mineira, atentando para o apelo à mineiridade ao usar um texto que carrega pesado significado simbólico, relacionado à Inconfidência (e, por analogia, à figura de Tiradentes) que é uma memória fortemente constituída e reforçada do estado, proclamado por uma figura cultural, famosa representante da música mineira atual.

Através desses exemplos, pretendemos demonstrar em linhas gerais o caráter que a exposição do Museu assume diante do tema da mineração, no que aparentam serem motivações centrais em sua composição. O Museu de Minas e do Metal, enquanto um espaço onde se pratica, se comunica e se propõe tradições em meio de legitimação, apresenta a proposta de construir uma identidade regional através do resgate da história e da importância da mineração em Minas Gerais, além de promover uma imagem que vincula a mineração ao socioambientalismo, fortalecendo seu caráter positivo por meio dessa demanda social da atualidade.

Considerações Finais

Identificamos no Museu das Minas e do Metal um apelo muito forte a três aspectos que se vinculam: tradição e identidade mineiras, mineração e responsabilidade socioambiental. Esse vínculo é concretizado a partir dos diversos recursos aqui descritos: projeções, atividades interativas, jogos educativos, animações explicativas, etc., que apresentam a atividade mineradora como parte de nossa história, de nossa cultura, como um motivo de orgulho para os mineiros. Além disso, ressalta o quanto a atividade é essencial para nossas vidas e como dependemos dela para manter nossos padrões. Assim, e em uma estratégia de marketing verde, o MMM camufla todos os elementos negativos que se vinculam à mineração, tal como o impacto ambiental. Este, de acordo com várias instalações do museu analisadas, sempre pode ser recuperado ou compensado.

A tentativa de legitimar a atividade mineradora enquanto parte da história mineira é, antes de tudo, estratégia para legitimar a mineração. Observamos, pois, a utilização do campo cultural para legitimação de uma atividade econômica. De forma geral, em todo o processo de renovação urbanística em curso na Praça da Liberdade com seus novos museus, evidenciam-se estratégias políticas de apropriação do espaço e de exaltação do Estado e nação mineiros. A análise do Museu das Minas e do Metal aqui desenvolvida tentou evidenciar as estratégias de invenção e manipulação de valores identitários neste museu que conta uma versão da história de Minas Gerais e do que é mineiridade, sempre de forma articulada com interesses econômicos de grupos de elite específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, C.; LEMOS, C.B.; WERNECK, N.D.; MENICUCCI, T.G. A cidade na praça: poder, memória, liberdade. Trabalho apresentado na Reunião do GT Estudos Urbanos, VIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – "Representações e Políticas Públicas", São Paulo – Águas de São Pedro, 24 a 26 de outubro de 1984.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Nacionalismo, São Paulo: Editora Ática, 1991.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Ed./Ed. PUC Minas, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção. Lisboa: Edições 70, 2010.
- _____. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (orgs.). Escritos da Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. Antropolítica. Jan/Jun 1995, Rio de Janeiro.
- CHEREM, M. S.; AGUIAR, M. M. Políticas Públicas Urbanas: Um ensaio sobre a trajetória de Belo Horizonte. Trabalho apresentado para a disciplina Urbanização e Cultura. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, julho de 2010.
- DULCI, Otávio Soares. As Elites Mineiras e a Conciliação: a Mineiridade como Ideologia. IN: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez, 1984.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – GOVERNO DE MINAS GERAIS. Informativo CEI: Produto Interno Bruto de Minas Gerais - 2008. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/58-produto-interno-bruto-de-minas-gerais>. Último acesso: 02/12/10.
- GELLNER, Ernest. Nations and Nationalism. Oxford: Blackwell, 1993[1983].
- GUIMARÃES, C. M.; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Vilalta. (Org.). História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas. 1º ed. Belo Horizonte: Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 321-335.
- HOBSBAWN, Eric. Capítulo 1. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, Eric & Ranger, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAHIRE, Bernard. A Cultura dos Indivíduos. Rio Grande do Sul: Arimed, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. L'Inhumain. Causeries sur le temps. Paris: Galilée, 1988.
- PEREIRA, Senador Francelino. Espaço Cultural da Liberdade: Praça da Liberdade: Belo Horizonte, capital do século, 12-12-1897, 12-12-1997. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Francelino Pereira, 1998.
- SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SETON-WATSON, H. Nations and States: An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism. London: Methuen, 1977.
- SOUZA, Renato Santo de. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. In: Revista REAd – Edição Especial 30 Vol. 8 No. 6, nov-dez 2002.
- TEIXEIRA, Carlos M. Em obras: História do vazio em Belo Horizonte. São Paulo: CosacNaif, 1999.
- VENTURINI, Carolina Maria Mátyres. Cartão-Postal: O Tempo de Uma Cidade. In: Lato & Sensus, Belém, v.2, n.3-4, p. 90-92, dez, 2001. Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/60.pdf. Último acesso em: 25/11/2010.
- ZIZEK, Slavoj. New Left Review, 1/183, Set.-Out. 1990. Disponível em: <http://newleftreview.org/1/183/slavoj-zizek-eastern-europe-s-republics-of-gilead>. Último acesso em: 30/08/2013.